

As empresas da província e do Alto Minho juntam-se à reivindicação para a abertura imediata da fronteira com Portugal e ativação de instrumentos de apoio económico

O tecido empresarial da província de Pontevedra e do Alto Minho juntou-se ontem à reivindicação do AECT Rio Minho para a abertura imediata da fronteira com Portugal, facilitando a mobilidade com o país vizinho. Eles exortam também a ativação de instrumentos de compensação económica pelas perdas na região transfronteiriça devido à crise decorrente da COVID-19, os quais o grupo pretende implementar sob forma de um Investimento Territorial Integrado (ITI) para o território do Minho.

O “*apoio total*” às reivindicações foi manifestado ontem numa reunião virtual na qual participaram o diretor do AECT Rio Minho e o deputado para a cooperação transfronteiriça Uxío Benítez, o presidente da Confederação de Empresários da Província (CEP), Jorge Cebreiros; o presidente da CEVAL (Confederação Empresarial do Alto Minho) Luis Ceia; e o presidente da Câmara de Comércio de Tui, Gumersindo Alonso, juntamente com o professor Martínez Cobas, autor do estudo do impacto económico encarregado pelo AECT na Universidade de Vigo. Todos concordaram com a situação “tremenda” que vivem os empresários e empresárias na fronteira, bem como seus trabalhadores, pois sofrem com uma atividade totalmente reduzida, devido à existência de uma única passagem entre as

fronteiras e à obrigação de percorrer cerca de 100 quilómetros até aos seus postos de trabalho.

A AECT Rio Minho reuniu-se ontem com os presidentes da CEP, CEVAL e da Câmara de Tui, assegurando que o impacto na atividade da região é “tremendo”

Jorge Cebreiros felicitou o AECT pela iniciativa de ter encomendado o estudo e destacou que a realidade económica da fronteira do Minho é reveladora do seu dinamismo. Ele salientou que **os 70 quilómetros dos 2.000 de toda a fronteira entre Espanha e Portugal concentram 50% do tráfego transfronteiriço**. “Esse dinamismo deveria por si só ser suficiente para ter um tratamento assimétrico. A existência de uma passagem apenas em Tui-Valença para 50% do trânsito não é justo nem proporcional”, sublinhou, lembrando que a situação cria distúrbios tanto para o tráfego de pessoas, como de mercadorias e, em particular, para o turismo.

“Todas as passagens transfronteiriças têm de ser abertas. Não existem razões objetivas para o encerramento”, enfatizou, insistindo que se estão a colocar obstáculos contínuos à capacidade económica local. “Pela primeira vez não temos um problema norte / sul. Estamos com um problema de centro / periferia, porque nem Lisboa nem Madrid sabem o que é a fronteira. Eles não conhecem o grandíssimo dinamismo ou a nossa realidade económica. É claro que, após avaliar o impacto económico, será necessário habilitar instrumentos de apoio”, concluiu.

Os empresários enfatizam que nem Madrid nem Lisboa conhecem a economia regional: “Ter uma única passagem fronteiriça aberta não é justo nem adequado”

Por seu turno, Luis Ceia, presidente da CEVAL, também expressou total concordância com a necessidade da abertura imediata da fronteira com Portugal. Ele destacou a necessidade de melhorar a mobilidade entre as fronteiras com urgência, pois, com base em dados publicados entre 16 de março e 29 de maio, cruzaram o único posto elegível cerca de 200.000 pessoas. *“As empresas e atividades na fronteira estão com problemas. Atente-se no exemplo do comércio da Fortaleza, que não tem clientes. Essas pessoas precisam de ser compensadas de alguma forma”*, asseverou.

Também neste sentido interveio o presidente da Câmara de Comércio de Tui, Gumersindo Alonso, que colocou sobre a mesa as constantes dificuldades envolvidas no retorno à normalidade de uma situação de encerramento da fronteira. *“É lamentável que a grande mobilidade que temos, mais de 50% do tráfego, não seja suficiente para justificar a abertura de mais postos”*, disse, frisando os custos de tempo e dinheiro que envolve a existência de uma única ligação fronteiriça para os trabalhadores e empresas da região.

Alonso abordou também o turismo e sublinhou que a atividade representa 13% do PIB da Galiza e 12% dos empregos locais, dados que, segundo ele, são ainda mais preponderantes se estiverem cingidos à província de Pontevedra. *“A estação está aí. Não há peregrinos, nem forasteiros. Temos de cuidar da fronteira e fazer uma grande campanha de promoção turística para incentivar as pessoas em toda a Europa”*, concluiu.



Por sua vez, o diretor do AECT, Uxío Benítez, expressou satisfação com a reunião com a comunidade empresarial. Ele afiançou que a união de todos os setores afetados pelo encerramento da fronteira dará maior força *“aos que têm de formular uma a solução para esse “absurdo”*. Ele insistiu que o AECT continuará a tomar as medidas necessárias para o efeito.

Além da reunião de ontem entre o AECT Rio Minho e a comunidade empresarial, o diretor do grupo também reuniu-se com os edis da fronteira do Minho, tanto de Pontevedra como de Portugal, para alinhar ações de protesto conjunto e iminente, no seguimento do ultimato para a abertura de mais passagens transfronteiriças com Portugal não se ter concretizado junto de nenhuma das autoridades competentes (abrindo, no entanto, passagens com menos tráfego em Ourense, nesta segunda-feira). Como prelúdio às mobilizações deste fim de semana, o AECT colocou faixas na Ponte da Amizade em Goián, a fim de tornar visível a indignação de todos os cidadãos da região.